

Um novo cálculo para a poupança

Ministro da Fazenda diz que equipe econômica estuda troca da TR por um índice de inflação

Rossana Alves e Cátia Seabra

BRASÍLIA

O rendimento das cadernetas de poupança poderá mudar. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem que a equipe econômica está analisando as propostas do senador José Serra (PSDB-SP) e do deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) de substituir a TR, que corrige os depósitos da poupança, por um índice de inflação. Se a proposta for aceita, haverá uma redução nos rendimentos da caderneta e dos depósitos do FGTS, pois a TR de hoje acompanha a escalada das taxas de juros, enquanto a inflação está na casa dos 5% a 6% ao ano. Em compensação, as prestações da casa própria, as dívidas do Governo e os depósitos judiciais, também indexados à TR, terão correção menor.

— A questão está sendo discutida tecnicamente dentro do Governo. Estou certo de que encontraremos uma saída — disse Malan, durante depoimento a cinco comissões técnicas da Câmara dos Deputados, no qual tentou explicar o pacote adotado pelo Governo.

Impacto sobre as contas do Governo é uma das preocupações

A preocupação de Ponte é que uma TR elevada acabe inviabilizando os empréstimos habitacionais. Afinal, tanto os mutuários da casa própria como as empresas de construção civil que tomam empréstimos bancários para construir imóveis terão suas dívidas elevadas de forma exponencial pelo novo patamar da taxa de juros. Serra, por sua vez, teme o impacto dos juros elevados nas contas do Governo, na medida em que os depósitos judiciais, os do FGTS e as dívidas do Tesouro Nacional para com o Fundo de Compensação das Variações Salariais — ou seja, para com os bancos que fazem empréstimos habitacionais — são corrigidos pela TR.

As conversas de Ponte e Serra com a equipe econômica ainda estão começando. Mas os assessores dos ministérios da Fazenda e do Planejamento já pediram aos parlamentares que coloquem suas propostas no papel para que seja iniciada a discussão. A equipe do Banco Central, que antes do pacote econômico já analisava a idéia, também vai participar das conversas.

Diante da cobrança feita pelos ministros das finanças da Argentina, Uruguai e Paraguai, Malan acenou com a possibilidade de reduzir a taxa de embarque de US\$ 90 nas passagens aéreas destinadas aos países do Mercosul. O ministro admitiu que a nova taxa pode dificul-



PEDRO MALAN (à esquerda) e o deputado Ronaldo Cunha Lima (PDT-SP), durante o depoimento na Comissão de Fiscalização da Câmara

tar as viagens de empresários que montaram negócios nos países vizinhos.

Durante seis horas e meia, o ministro da Fazenda tentou convencer os parlamentares da necessidade das medidas impopulares adotadas pelo Governo. Segundo Malan, a crise internacional pegou o país de surpresa, obrigando a equipe econômica a elevar as taxas de juros e acelerar o processo de redução do déficit público e do rombo nas contas externas. Neste esforço, o ministro não contou com a ajuda da base governista. Os líderes do PSDB, PFL e do PMDB ficaram no auditório por menos de uma hora, deixando Malan à mercê do bloco de oposição e dos descontentes da própria base governista.

Até o secretário-geral do PSDB, Arthur Virgílio (AM), foi ao microfone reclamar do pacote. Segundo ele, o corte de incentivos fiscais vai atingir em cheio a Zona Franca de Manaus, provocando retração da economia local. Ex-lí-

der do Governo, o deputado Germano Righotto (PMDB-RS), por sua vez, reclamou das freqüentes críticas do Executivo à atuação do Congresso na votação das reformas administrativa e da Previdência e pediu a redução imediata das taxas de juros caso o Congresso aprove o pacote de ajuste fiscal.

A principal cobrança dos parlamentares ficou sem resposta. Diante da instabilidade persistente nos mercados internacionais, o ministro não soube prever quando será possível ao Governo iniciar o processo de redução dos juros. A única garantia dada por ele é de que as taxas não ficarão neste patamar por um ano, o que não agradou nada os deputados. Malan chegou a admitir que haverá um aumento da taxa de desemprego, pois a economia passará por uma retração nos próximos meses:

— Sabemos que as medidas terão custos, uma retração no nível de atividade nos próximos meses. E é provável

que tenha aumento do desemprego.

O ministro deixou claro que o Governo enfrentará dificuldades nos próximos meses para conseguir financiar o déficit nas contas externas do país. Diante da instabilidade no mercado internacional, a expectativa do Governo é que os novos financiamentos fiquem mais difíceis, o que obrigará a equipe econômica a reduzir de forma mais energética o déficit em conta corrente, hoje na casa de 4,3% do PIB.

— A turbulência não é tão passageira quanto imaginávamos — explicou.

Pressionado pela oposição, que defendeu mudanças na política cambial, Malan foi enfático. Disse que a maxidesvalorização da moeda não é a saída. E aproveitou a oportunidade para fazer ironia, ao se referir ao economista Rüdiger Dornbusch, que vem defendendo consistentemente uma desvalorização mais firme da moeda.

— Há algum tempo, o Rudi disse que

Gustavo Miranda

TRADUZINDO O ECONOMÉS

TR tornou-se o principal indexador

• BRASÍLIA. Com o fim da indexação da economia a índices de preços, a Taxa Referencial de Juros (TR) tornou-se um dos principais indexadores do mercado financeiro. A TR corrige os depósitos em poupança e no FGTS, as prestações e o saldo devedor da casa própria e os financiamentos para a compra de automóveis e eletrodomésticos. Depósitos judiciais, débitos trabalhistas e dívidas do Tesouro Nacional com o FCVS, o fundo que cobre o saldo devedor no fim dos contratos habitacionais, também seguem a TR.

A TR é calculada com base na remuneração média dos CDBs oferecidos pelos bancos. Como os CDBs subiram, a TR deu um salto. De uma média de 0,65% ao mês em outubro, pulou para 1,8% em novembro, tendo efeito sobre todas as operações indexadas por ela.

Se a TR for substituída por um índice de preços, como o IGP-M, a poupança teria um rendimento menor e esse é o principal entrave a mudanças. Em contrapartida, mutuários e construtoras com empréstimos nos bancos não teriam dívidas tão altas.

o real estava sobrevalorizado em 40%. Depois ele baixou para 30%. Agora, diz que está em 15%. Espero que da próxima vez ele baixe para 10% ou 5% e fique mais perto da realidade — brincou o ministro.

De início, o ministro se mostrou nervoso e irritado diante das cobranças dos parlamentares da oposição, que praticamente dominaram o debate. Malan teve uma discussão áspera com o deputado Milton Temer (PT-RJ), que, por várias vezes, o interrompeu nas respostas dadas a outros deputados. No fim, apesar do cansaço e da fome, o ministro se mostrou mais calmo. E chegou a dar uma gargalhada quando a deputada Telma de Souza (PT-SP) disse que não lhe faria mais elogios, pois poderia ser acusada de assédio sexual pelos colegas de bancada. ■

• MALAN CRITICA 'POLITIZAÇÃO' DO ASSUNTO FMI na página 29